



152

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 336134-0 – Comarca de Jurema

Apelante: José Arlindo da Silva

Advogado: Francisco de Assis Pinto

Apelado: Município de Jurema

Advogado: Francisco Fabiano Sobral Ferreira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM SEDE DE AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. AGENTE DE ENDEMIAS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEGALIDADE. PROFISSIONAIS EXPOSTOS A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. RECONHECIMENTO DO ADICIONAL. JUSTIÇA LABORAL. LEI MUNICIPAL EM SINTONIA COM A CLT COMO DEFINIDORA DAS NORMAS A SEREM APLICADAS PARA O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO. 20%. (VINTE POR CENTO). OFÍCIO Nº 365/2001, DATADO DE 17 DE JULHO DE 2001. PARECER COM BASE NO DISPOSTO NO ITEM 15.2.2. E NO ANEXO 14 DA NR 15. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Ao apontar fato impeditivo ao direito postulado pela autora, como ausência de lei instituidora ou falta de perícia declaratória da atividade insalubre, esquivava-se a edilidade em querer reconhecer que os agentes de endemias não exercem atividade com agentes nocivos à saúde.

2. Caberia ao Município de provar que os mesmos não exerciam as atividades em condições insalubres, nos termos do art. 333, II do CPC, o que equivaleria dizer que os mesmos não são Agentes Comunitários de Saúde. Temos que deste ônus não se desincumbiu a contento, eis que o Município para se esquivar do pagamento a efetiva implantação do adicional, sustentou que não há lei instituidora de tal direito como também não houve perícia para tanto, sendo tal argumentação revestida de desproporcionalidade, uma vez que o município trata da insalubridade para os funcionários que exercem atividades expostos a agentes biológicos e nocivos a saúde, conforme se constata na Lei Municipal nº 266/2008, art. 2º, § 1º, senão vejamos: Art. 2º, § 1º - Aplicar-se-ão as regras definidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e a legislação federal correlata para definir as atividades insalubres, penosas ou perigosas e os percentuais para fins do cálculo do adicional referido no *caput* deste artigo.

3. A Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco, setor de Segurança e Saúde do Trabalhador, o qual em resposta ao ofício nº 365/2001, datado de 17 de julho de 2001, assim se



253

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

expressou: "Em resposta ao solicitado através do Processo/DRT/PE/Nº 10974/2001, entendemos que os Agentes Comunitários de Saúde fazem jus à percepção do Adicional de Insalubridade em grau médio (20 por cento do salário mínimo), tal parecer baseia-se no disposto no item 15.2.2. e no Anexo 14 da NR 15."

4. Da própria definição da função de Agentes de Endemias ou Agentes Comunitários de Saúde, salta aos olhos que são profissionais voltados para o combate de doenças ainda corriqueiras em nosso país, e que estes profissionais tem como meta a eliminação de tais doenças. Conclui-se que a função desempenhada pela apelante os conduz ao contato pessoas com doenças infecto-contagiosas, e com animais portadores de zoonoses, água contaminada, fossas, esgotos em residências domiciliares e no Setor de Endemias do município reclamado, e à permanência em ambientes expostos a doenças infecto-contagiosas tais como Calazar, Doença de Chagas, Febre Amarela e Dengue, constando de suas atribuições, inclusive, os procedimentos a serem adotados quando da verificação da presença do respectivo agente transmissor ou dos focos do mosquito responsável pela condução deste. Dessa forma, as suas atividades enquadram-se nos termos contidos no Anexo 14 da Norma Regulamentar 15 do MTE, que trata acerca das atividades e operações insalubres que envolvam agentes biológicos, razão pela qual deve ser reconhecido ao direito ao adicional de insalubridade.

5. Recurso de Apelação provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação Cível nº 336134-0, em sessão realizada no dia ____ de _____ de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em conceder-lhe provimento, de forma unânime, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I. _____
Recife, ____ de _____ de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



1486

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 336134-0 – Comarca de Jurema

Apelante: José Arlindo da Silva

Advogado: Francisco de Assis Pinto

Apelado: Município de Jurema

Advogado: Francisco Fabiano Sobral Ferreira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATOR

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança nº 0000120-83.2013.8.17.0860, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Jurema-PE, a qual julgou improcedente o pleito autoral, que consistia na condenação da Edilidade do Adicional de Insalubridade supostamente devido, em grau médio de 20% (vinte por cento), de forma retroativa a 14/02/2006 e com repercussão nas férias e 13º salários, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

Em suas razões recusas (fls. 97/116), a apelante sustenta, em síntese, a existência de provas nos autos que comprovam ser a atividade exercida, Agente Comunitário de Saúde, insalubre, isso porque labora de forma habitual e permanente em contato com pessoas portadoras de doenças infectocontagiosas, com animais portadores de zoonoses, água contaminada, fossas, esgotos, entre outros contatos com elementos insalubres, direito este inclusive reconhecido pela Justiça do Trabalho.

Apresentando contrarrazões às fls. 120/130, o Município de Jurema, alega que as provas carreadas aos autos são insípidas, não contendo nenhum fomento probatório favorável à pretensão recursal, e que não há lei municipal regulamentando a aplicação da insalubridade aos Agentes de Endemias, existindo apenas uma lei que remete a CLT, o que impede que o recorrente tenha obrigação legal de pagar o referido adicional, devendo ser mantida a carta sentenciante por seus próprios fundamentos.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público absteve-se de oferecer parecer de mérito.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 3 de 06 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



154

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 336134-0 – Comarca de Jurema

Apelante: José Arlindo da Silva

Advogado: Francisco de Assis Pinto

Apelado: Município de Jurema

Advogado: Francisco Fabiano Sobral Ferreira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O cerne da questão está em saber se o autor/apelante, servidor municipal admitida mediante contrato temporário, teria direito à verba relativa ao adicional de insalubridade em grau médio.

Na inicial, o autor relata que iniciou suas atividades laborativas para o Município apelado 14/02/2006, exercendo a função de Agente Comunitários de Saúde, tendo o referido contrato renovado ano após ano, consoante informa os contracheques juntados aos autos.

De início, ressalto que a Constituição Federal de 1988 prevê as formas de ingresso definitivo no serviço público dispondo, em seu art. 37, II, que

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Como exceção a essa regra, prevê, no inciso IX do mesmo preceito, que:

“a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.”

Assim, observa-se que o regime jurídico que regula a relação funcional acordada entre o contratado e a Administração Pública contratante por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deve ser estabelecido em lei e que, seja qual for o conjunto de direitos, deveres e responsabilidades firmadas, esta relação será sempre de direito público, disciplinadas, portanto, pelas regras e princípios do direito administrativo.

Percebe-se, portanto, que o vínculo estabelecido entre o autor e o réu tem natureza jurídico-administrativa, duração temporária,



155

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

submetendo-se a regime específico e não celetista, o que afasta de logo, qualquer pretensão fora do alcance dos limites administrativos.

Em vista disso, alinhando-se ao disposto no art. 37, IX, da CF/88, o município demandado editou a Lei Municipal nº 266/2008, dispondo sobre serviço extraordinário, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosa ou penosa e adicional noturno.

Ocorre que, no que pertine ao pagamento do adicional de insalubridade, constata-se que há expressa previsão na Lei Municipal nº 266/2008, art. 2º, § 1º, senão vejamos:

Art. 2º, § 1º - Aplicar-se-ao as regras definidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e a legislação federal correlata para definir as atividades insalubres, penosas ou perigosas e os percentuais para fins do cálculo do adicional referido no *caput* deste artigo.

Pois bem. Se a referida lei aponta para a CLT como definidora das normas a serem aplicadas para o adicional de insalubridade, vale colacionar aqui o parecer da Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco, setor de Segurança e Saúde do Trabalhador, o qual em resposta ao ofício nº 365/2001, datado de 17 de julho de 2001, assim se expressou:

"Em resposta ao solicitado através do Processo/DRT/PE/Nº 10974/2001, entendemos que os Agentes Comunitários de Saúde fazem jus à percepção do Adicional de Insalubridade em grau médio (20 por cento do salário mínimo), tal parecer baseia-se no disposto no item 15.2.2. e no Anexo 14 da NR 15."

As alegações da apelante no sentido de que "labora de forma habitual e permanente em área totalmente insalubre", em contato com "pessoas com doenças infectocontagiosas, e com "animais portadores de zoonoses, (...) água contaminada, fossas, esgotos (...)" coaduna-se com o entendimento da Justiça Laboral, restando incontroverso o direito ao adicional perseguido, e consequentemente caindo por terra os argumentos trazidos pela edilidade de que a demandante não comprovou exercer suas atividades em locais insalubres, quando estes são reconhecidos pela Justiça do Trabalho, não se aplicando ao caso o que prescreve o art. 333, I, do CPC.

A despeito de a atividade de "agente de endemias" relacionar-se com a área da saúde, presumi-se a exposição do servidor aos agentes insalutíferos, devendo ser reconhecido que os mesmos estão expostos de forma efetiva a situações de agentes nocivos a saúde dos mesmos, não sendo necessário nenhuma demonstração da nocividade do labor executado pelo recorrido, pois não precisamos fazer



450

256

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

uma análise acurada da real situação dos nossos municípios para se concluir como verídicas de que os Agentes de Endemias laboram em áreas totalmente insalubre, em contato com pessoas portadoras de doenças infectocontagiosas, e com animais portadores de zoonoses, água contaminada, fossas, esgotos, etc. Isso é a realidade fotográfica da grande maioria dos nossos municípios.

Esse é o entendimento da jurisprudência dominante, senão vejamos:

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEFERIMENTO. RECONHECIMENTO DO DIREITO AO ADICIONAL PELO MUNICÍPIO. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO PERÍODO RETROATIVO. Ao apontar fato impeditivo ao direito postulado pelos autores, haveria o Município de provar que os mesmos não exerciam as atividades em condições insalubres am período anterior ao reconhecimento do direito pela reclamada, nos termos do art. 333, II do CPC. Temos que deste ônus não se desimcumbiu a contento, eis que a o Município para se esquivar do pagamento retroativo a efetiva implantação do adicional, sustentou que os autores só passaram a ter contato com agentes insalubres a partir de agosto de 2010. No entanto não provou que antes desse período os mesmos desempenhavam funções diversa da que foram contratados. APELO IMPROVIDO. (TRT-19 - RO: 1138201000719007 AL 01138.2010.007.19.00-7, Relator: Ricardo Tenório Cavalcante, Data de Publicação: 25/04/2011, undefined)

AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEVIDO. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS RECONHECIDA EM LAUDO PERICIAL. Diante das informações contidas no Laudo Pericial juntado aos autos, conclui-se que a função desempenhada pelos reclamantes os conduz ao contato com animais infectados, em residências domiciliares e no Setor de Endemias do município reclamado, e à permanência em ambientes expostos a doenças infectocontagiosas tais como Calazar, Doença de Chagas, Febre Amarela e Dengue, constando de suas atribuições, inclusive, os procedimentos a serem adotados quando da verificação da presença do respectivo agente transmissor ou dos focos do mosquito responsável pela condução deste. Dessa forma, as suas atividades enquadram-se nos termos contidos no Anexo 14 da Norma Regulamentar 15 do MTE, que trata acerca das atividades e operações insalubres que envolvam agentes biológicos, razão pela qual deve ser reconhecido ao direito ao adicional de insalubridade. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O sindicato, quando atua na condição de substituto processual, faz jus aos honorários advocatícios, bastando que preencha os requisitos estabelecidos na Lei nº 5.584/70. Não se pode distinguir assistência e substituição processual para fins de concessão da verba honorária, dando interpretação restritiva ao art. 14 da Lei nº 5.584/70, e consequentemente à Súmula 219 do TST, fugindo da finalidade da norma.

(TRT-22 - RO: 206200810222006 PI 00206-2008-102-22-00-6, Relator: FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA, Data de Julgamento:



157

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

15/06/2009, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJT/PI, Página não indicada, 7/8/2009)

MUNICÍPIO DE PORTO VELHO. AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. LEI COMPLR MUNICIPAL N. 174/2003 E LEI FEDERAL N. 11.350/2006. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Os Agentes de Saúde Pública de que trata a Lei Complementar n. 174/2003, do Município de Porto Velho/RO, denominados de Agentes de Combate às Endemias pela Federal n. 11.350/2006, têm direito ao recebimento de adicional de insalubridade em grau médio (20%), conforme laudo pericial conclusivo nesse sentido. (TRT-14 - RO: 116720080011400 RO 01167.2008.001.14.00, Relator: JUIZ FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADO SHIKOU SADAHIRO, Data de Julgamento: 25/03/2009, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.058, de 27/03/2009)

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEVIDO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. - RESTANDO INCONTROVERSO NOS AUTOS O DIREITO DOS AUTORES AO RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO (20%) EM TODO O PERÍODO LABORAL E NÃO CONSTANDO DOS AUTOS PAGAMENTO DO REFERIDO ADICIONAL NO PERÍODO PLEITEADO PELOS RECLAMANTES, DEVE-SE MANTER A SENTENÇA QUE CONDENOU O ENTE PÚBLICO NO PAGAMENTO DO REFERIDO ADICIONAL. (TRT-19, Relator: Eliane Barbosa)

Desse modo, os elementos postos nos presentes autos apontam com clareza, para que se possa decidir, com segurança, acerca do direito cristalino da autora ao adicional de insalubridade, devendo o mesmo ser concedido em grau médio, ou seja, 20% (vinte por cento) sobre o salário.

Diante do exposto, voto pelo provimento do presente apelo, com a reforma da sentença recorrida, julgando-se totalmente procedentes os pedidos iniciais, ao tempo em que inverte o ônus de sucumbência, condenando a edilidade em honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

É como voto.
Recife, 18 de 06 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator